



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 23 de 10 de 1984

Genécio de Maria Lago Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões e Subcomissões

Ao Deputado

Antônio Vitorino
para relatar.

Em 23 de 10 de 1984

Antônio Vitorino
Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.**

1

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2014

MENSAGEM - 70

PROCESSO AL – 10518/14

AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEP. ANTÔNIO UCHÔA

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição em epígrafe que **Altera a Lei Complementar nº 56, de 01.11.2005 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Piauí) e a Lei Complementar nº 59, de 30.11.2005 (Organização da Defensoria Pública do Estado do Piauí, a carreira de Defensor Público e o regime jurídico de seus membros).**

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, III, 75 e 102 incisos X, XI e XIX da Constituição Estadual combinado com os arts. 96, inciso I, alínea “b” e 105, do Regimento Interno.

O projeto de lei objetiva a modificação nos dispositivos que vedam a concessão de licença para estudo do servidor fora do Estado quando aqui houver curso semelhante. Nesta esteira pretende-se alterar a redação do §1º, do art. 55, da Lei Complementar nº 56/2005 e o §1º, do art. 77, da Lei Complementar nº 59/2005, retirando a expressão “(...) *sendo vedada a concessão desta licença para cursos existentes no Estado.*”

Ademais, recentemente, esta Casa Legislativa aprovou semelhante projeto de lei que ensejou a revogação do §3º, do art. 104, e do §1º, do art. 105, do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí, tornando-se imperativo a extensão deste benefício às demais categorias de servidores públicos estaduais.

Porém, o art.55, §1º da Lei 6.580, de 23 de setembro de 2014, embora indevidamente, foi sancionada e publicada como lei ordinária. Já deu a mesma redação como proposto no projeto de Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 2014, bem como o art. 77, §1º, da Lei Complementar 59, de 30 de novembro de 2005. Pretende, o Governador do Estado, apenas regulamentar o que dispõe na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e da Lei nº5.861, de 1º de julho de 2009, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis no estado do Piauí.



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.


2

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

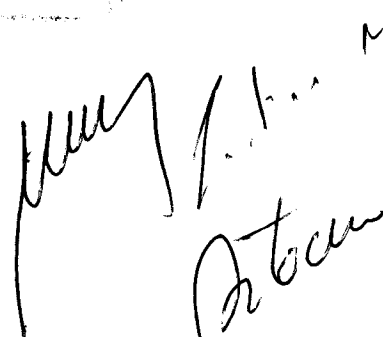
II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental legal constitucional, de boa técnica legislativa somos de parecer favorável à sua aprovação.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 21 de novembro de 2014.


Dep. **ANTÔNIO UCHÔA**
Relator

APPROVADO A UNANIMIDADE.
em 25 de 11 de 2014
Presidente da Comissão de
Justiça


Antonio Uchôa